

## O Mito do Amor Materno: Análise da representação da maternidade pela Revista Pais & Filhos<sup>1</sup>

Anette Maria Rodrigues Silva Bento OLIVEIRA<sup>2</sup>

Dalila Carla dos SANTOS<sup>3</sup>

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

### RESUMO

A partir da análise documental de exemplares da Revista Pais & Filhos das décadas de 1970 a 1990 e da sistematização epistemológica sobre as práticas e conceitos relacionados a gênero e maternidade, o presente artigo propõe uma discussão sobre a construção da maternidade à luz de Elisabeth Badinter em seu livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno” (1980) e a contribuição dos meios de comunicação, em especial a Revista Pais & Filhos, para a manutenção da idéia de “instinto materno” na sociedade brasileira e, conseqüentemente, para reforço das desigualdades entre homens e mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** amor materno; maternidade; família; gênero; construção social.

### INTRODUÇÃO

Compreender a representação de gênero é de grande importância dentro da análise do entendimento do amor materno veiculada nos meios de comunicação de massa em nosso país ao longo das décadas. O que é ‘ser homem’ e o ‘ser mulher’ envolve questões que permeiam não apenas fatores naturais e biológicos, como sexo feminino ou sexo masculino, mas fatores sociais, culturais, econômicos, éticos, que são ao longo do tempo moldados e influenciam no comportamento, no pensar e no agir dos sujeitos (AYALES, 1993).

O termo *gênero* é relativamente novo dentro dos estudos sobre a construção social das identidades sexuais. Sua utilização tem uma conexão direta com a lingüística, ou melhor, com a própria gramática e isso leva a um uso cheio de possibilidades além

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), email: [bentoanette@gmail.com](mailto:bentoanette@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), email: [dalicarter@gmail.com](mailto:dalicarter@gmail.com)

da designação de masculino e feminino; em alguns idiomas, por exemplo, há uma terceira categoria, o sexo indefinido ou neutro (SCOTT, 1995). Ao mesmo tempo, *gênero* não se limita a explicação dual entre sexo e gênero, mas também é um meio de classificar fenômenos e palavras partindo de convenções sociais sobre o gênero a qual pertence à palavra. E este é um ponto importante: observar como as construções histórico-culturais, que assim como determinam o gênero de palavras, também determinam as relações de gênero na sociedade; é a classificação social entre o masculino e feminino.

Para Joan Scott (1995), historiadora estadunidense que trouxe novas perceptivas aos estudos de gênero na década de 1980, a palavra gênero passou a ser empregada como oposição a sexo a partir do fim da década de 1960, com a volta do projeto feminista (2ª Onda). “A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOTT, 1995, p. 75). Para a autora, é preciso entender gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, e como há um vínculo entre o saber e o poder, esta última estaria totalmente imbricada nas relações de gênero, construindo significados estruturados em relações hierárquicas e, portanto, existindo uma oposição universal e naturalizada entre homens e mulheres, que é preciso desconstruir.

Ainda estamos imersos em uma sociedade que tende a limitar este entendimento, reproduzindo discursos que anulam as várias possibilidades deste ‘ser homem’ e deste ‘ser mulher’, como se apenas os aspectos biológicos fossem determinantes, tornando assim, práticas sociais como naturais de determinado sexo, reforçando as relações de poder, as desigualdades e legitimando violências simbólicas (BOURDIEU, 1989). Assim,

O gênero torna-se uma forma de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1995, p. 75)

Define-se a idéia da mulher, por exemplo, como a responsável pela procriação e educação dos filhos a partir da sua constituição biológica, e, sendo este o fator determinante para que se possa afirmar que o amor materno é um sentimento inerente à sua condição natural. Para Ayales (1993, p. 13, tradução nossa):

Essa maternidade biológica foi acompanhada de uma maternidade social, que se estendeu a atividades como lavar a roupa, cozinhar, varrer, costurar e toda uma série de trabalhos quase inumeráveis, que comprometem grande parte do tempo das mulheres.<sup>4</sup>

Os meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio, e aqui neste estudo, particularmente, as revistas, contribuíram para o reforço dessa ideologia. A mídia construiu todo um misticismo em torno da mãe, dando a ela responsabilidades de ser a guardiã do lar, do marido, dos aspectos morais e éticos da educação dos filhos, e tendo que realizar estas atividades com amor, candura e tranqüilidade, porque naturalmente estas seriam características da mulher. Conforme observa Elisabeth Badinter (1980, p. 326):

Retomando os principais temas abordados há dez anos na imprensa feminina, A.M. Dardigna constata que eles se articulam em torno da noção de “natureza feminina”, que tem por eixo a maternidade. A mulher teria um “destino biológico” a cumprir, formulado com freqüência em termos de instinto: “instinto de vida que se confunde com o das sociedades”, ou ‘instinto profundo do ninho.

Historicamente, a estrutura familiar ocidental sempre esteve associada a uma tríade relação: mãe, pai e filhos. A autoridade parental seguia ao lado da marital. Essa dupla autoridade - pai e marido - teve suas origens ainda na Índia, quando o homem exercia funções judiciárias: velar pela boa conduta dos membros familiares, cuidar das ações dos indivíduos da família frente à sociedade; cabia a ele o direito absoluto de julgar e punir (BADINTER, 1980). Durante a Antiguidade, essa estrutura foi acentuada pelos romanos e atenuada pelos gregos.

Durante toda a Idade Média a desvalorização da maternidade ainda acompanhou a força hierárquica do pai sobre a mulher e os filhos; isto não teve modificação até meados do século XVIII, quando a criança passou a ser valorizada dentro da família, tornando o símbolo da representação familiar.

De sociedade para sociedade, essas relações e configurações de família foram se alterando em maior ou menor intensidade. Ainda assim, os imperativos sociais determinaram as funções de cada sujeito dentro dessa instituição.

<sup>4</sup> Esta maternidad biológica fue acompañada de una maternidad social, que se extendió a actividades como lavar la ropa, planchar, cocinar, barrer, coser y outra serie de labores casi innumerable, que compromete gran parte del tiempo de las mujeres.

## **A Revista Pais & Filhos**

Lançada no Brasil pela Editora Bloch e até hoje em circulação pela Editora Manchete, a Revista Pais & Filhos é a primeira do país no segmento família, com temas voltados à educação de crianças e adolescentes, a gravidez e, principalmente, a maternidade.

No primeiro ano de sua publicação, em 1968, o país vivia um de seus anos mais trágicos da história: o Regime Militar e o Decreto do Ato Institucional 5 (AI-5), suspendendo os direitos políticos e fortalecendo os mecanismos de censura. Ao mesmo tempo, surgia um movimento artístico cultural e comportamental que ia de encontro às sanções impostas pelo regime ditatorial.

Nesta mesma década, surgem no Brasil, assim como em outras partes do mundo, outras frentes de luta feminista que não apenas àquelas voltadas para as desigualdades no exercício do direito da democracia, para luta em favor da autonomia do próprio corpo e a sua sexualidade, mas aquelas que passam a questionar também as raízes culturais destas desigualdades. “Denuncia, desta forma, a mística de um ‘eterno feminino’, ou seja, a crença na inferioridade ‘natural’ da mulher, calçada em fatores biológicos” (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 54).

Paulatinamente, a mulher passa a ocupar o mercado de trabalho e as universidades. É o começo do rompimento da dicotomia entre espaço privado e espaço público. A mulher da década de 1970 reivindica direitos iguais, participação igualitária nas decisões públicas. Diante do avanço delas no cenário público, as instituições sociais como o Estado, a família, a escola e a Mídia trataram de produzir mecanismos de controle social; um desses foi a valorização da maternidade, naturalizando ainda mais o papel da mãe, incentivando a amamentação (já que assim ficaria mais difícil a sua saída para o mercado de trabalho) e assim, buscando trazer esta mulher de volta ao seio familiar e ao ambiente privado. “Os ideólogos do patriarcado nacional – aí incluindo homens e mulheres, filósofos, moralistas, jornalistas, políticos e médicos-determinavam em seus escritos os novos comportamentos, direito e deveres” (DUARTE, 2016, p. 23).

Dentro do contexto da imprensa brasileira é importante lembrar que somente a partir de 1980 é que as mulheres começaram a produzir suas próprias histórias, contadas por elas em artigos, teses, dissertações e livros (DUARTE, 2016). Até então, a maior parte das histórias das mulheres eram contadas por homens e a produção midiática voltava-se a estruturar a vida social, estabelecendo a manutenção do *status quo* dos papéis sociais.

A Revista Pais & Filhos é dividida por seções: Bebê, Gravidez, Parto, Criança, Saúde, Comportamento, Sexo, Casamento, Educação, podendo variar de edição para edição e outras que podem ser incluídas dependendo do período do ano, como Maio e Agosto, em homenagem às mães e aos pais, respectivamente. Nas capas há três tipos de imagens: da criança sozinha, com a mãe, ou mesmo com o pai (este último sendo mais raro, geralmente era associado a algum pai com destaque na mídia nacional).

Pais & Filhos foi, até a década de 1990, a única do segmento nas bancas de revista do país. Respalhada na ciência e, muitas vezes na religião, a revista tratou de falar sobre assuntos vistos como tabu, como “A mãe só” (ALCURE, 1978, p. 25) - mães solteiras-, “Homossexualismo: e o amor dos pais, onde fica?” (FERREIRA, 1996, p. 75), sobre a homossexualidade, e “Homem não chora. Você ainda acredita nisso?” (VENTURA, 1987, p.24), sobre o machismo. Lila May Bueno (1978, p.86), jornalista que compunha a primeira equipe da Revista, acreditava que era preciso falar sobre esses temas “respaldada num corpo de consultores selecionados entre as maiores autoridades nacionais nas diversas especialidades: psicologia, clínica geral, pediatria, religião, sociologia, ginecologia, obstetrícia, cardiologia.”

Assim, observa-se que o recorte feito sobre o amor materno, procriação e criação (BADINTER, 1980) partia muitas vezes de uma visão científica sobre a constituição biológica da mulher em ter filhos, da visão psicanalítica sobre o seu comportamento para com a prole e sociológica sobre os papéis desempenhados por cada membro da família.

## **Metodologia**

Para analisar a representação da maternidade nas edições da revista Pais & Filhos foram feitos os seguintes procedimentos: seleção prévia de amostragem, sendo ao todo 25 revistas analisadas dentro dos anos de 1977 a 1998. Leitura do conteúdo das

revistas, buscando associá-las ao corpo deste artigo. Análise dos dados obtidos à luz das fundamentações teóricas sobre gênero, feminismo e maternidade.

Salienta-se aqui o cuidado de compreender o período histórico de cada publicação, não querendo entrar em anacronismos. O objetivo é refletir sobre o papel da mídia, em especial da Revista Pais & Filhos, na construção da ideologia da maternidade como “instinto”, “vocação”, “natural e inerente às mulheres”. Observa-se a maternidade partindo de dois conceitos (mas neste estudo atento ao segundo): o estado fisiológico momentâneo (gravidez) e o da criação e educação, sendo este último representado por fatores biológicos, assim como o primeiro, quando deve ser entendido como construção social.

### **Análise**

Para fins de organização, as análises seguiram duas linhas: a primeira, as matérias sobre a paternidade (que eram direcionadas às mulheres) e a segunda as matérias sobre a maternidade.

Apesar de ser intitulada como uma revista voltada à família, a presença da figura paterna nas seções é sempre associada a três questões: durante o mês de agosto, quando é comemorado o dia dos pais, sobre a “ajuda” paterna na criação dos filhos e sobre a descoberta da paternidade. Apenas no primeiro caso o direcionamento é voltado exclusivamente para eles.

Tanto nas matérias sobre a ajuda paterna na criação dos filhos e a descoberta da paternidade, fica evidente o papel desempenhado pela mulher dentro do ambiente familiar. “Quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai.” (BADINTER, 1993, p. 25)

Em uma das publicações sobre a criação dos filhos, intitulada “A deliciosa aventura de sair com o papai” (FERNANDES, 1982, p. 65) segue o texto:

Sair com o papai é uma aventura que as crianças adoram. Afinal, não é sempre que isso acontece. Pressionado por horários rígidos de trabalho, o papai é, geralmente, uma figura rara dentro de casa. Além disso, ele costuma ter mais disponibilidade e paciência com as crianças, pois, na maioria das vezes, não é ele que se ocupa de mandá-las tomar banho, escovar os dentes, estudar etc.

Neste trecho inicial fica nítido o papel desempenhado por cada um dentro do lar: o pai, responsável financeiramente pelo sustento e manutenção da casa e por isso, a sua ausência é justificável. No entanto, o discurso gera um conflito de idéias ao assumir que ao mesmo tempo em que ele é “uma figura rara dentro de casa”, “costuma ter mais disponibilidade”. A disponibilidade seria então somente para as horas de lazer, já que, ao mesmo tempo é designada a função social da mãe: “mandá-las tomar banho, escovar os dentes, estudar etc.”. Aqui, o papel materno e paterno é definido de forma heterogênea e necessária, como afirmado pela teoria psicanalítica de Freud e seus sucessores.

Em outro momento do texto, a autora escreve:

O pai é a lei, segundo a psicanálise, e isso significa que ser pai é conduzir os filhos à vida exterior. Malcomparando, poderíamos dizer que a mãe é a casa, no sentido da intimidade e fechamento. O pai é o mundo, o que vem do exterior, trazendo os conhecimentos, a cultura, as normas. Por isso, tem um fascínio todo especial. (FERNANDES, 1982, p. 66)

Aqui há a reafirmação sobre a separação das funções dentro da família. Batinder, em seu livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno” (1980) narra uma resposta da psicanalista Françoise Dolto a um ouvinte no rádio sobre o papel do pai, que se torna importante nesta análise:

O pai é aquele que [...] dá explicações sobre figuras de livros ou de revistas, contando, sobretudo as coisas da vida; ele explica também as razões de sua ausência; como freqüentemente está fora, a criança pode supor que conhece o mundo melhor do que a mamãe, que conhece principalmente as coisas da casa. (BADINTER, 1980, p.320).

Tanto o trecho do livro quanto a da revista trazem a ideia da imagem tradicional de pai e homem: “o detentor da palavra e representante do mundo exterior” (*op. cit.*, p. 320). Enquanto isso cabe à mãe os cuidados físicos da criança e da casa.

Na Edição Especial de 15 anos da Revista, uma das matérias vem intitulada com “Um pai que é mãe” (FALBO, 1983, p. 29) contando a história de Renato Aguiar, um pai que cuida da filha enquanto sua mulher trabalha no período das duas da tarde às nove e meia da noite. Nos trechos iniciais da publicação, a autora escreve: “um papai muito maternal... Digno de uma homenagem”. Mais uma vez, observamos qual a função destinada à mulher: a criação dos filhos.

Essa construção é tão socialmente naturalizada pelas pessoas, com a ajuda dos meios de comunicação, através de uma supervalorização da figura da esposa e da mãe, que o pai ganha funções que só são atribuídas às mães (dono de casa, dar banho, enxugar, vestir o bebê, alimentá-la) e, por isso, é adjetivado como um “papai maternal”. A maternidade é vista, portanto, como uma característica biológica inerente da mulher, associadas a atividades, que quando realizada por homens (em raras exceções) merecem receber homenagem por estarem realizando algo que possa romper com a autoafirmação da masculinidade e da separação entre feminino e masculino no desempenhar das funções. Ivania Ayales (1993, p. 21) observa:

Se tomarmos em conjunto as características que socialmente são atribuídas aos homens em comparação às mulheres, pode-se comprovar que cada uma tem sua contrapartida no outro pólo. Homens e mulheres em nossa sociedade se complementam a partir de relações assimétricas e desiguais.

“Mãe perfeita: nada além de um mito” (ALVARENGA, 1987, p. 81), “O ofício de ser mãe” (NORÕES, 1977, p. 14), “Mãe e bebê: pura paixão” (COELHO, 1998, p. 17), “Ser mãe, uma aprendizagem constante” (ALCURE, 1978, p. 29), “Você está preparada para ser mãe?” (COUTINHO, 1990, p. 43), “Mulher: O imenso prazer de ser fêmea e mãe” (SONDERMANN, 1984, p. 20). Estes são alguns dos títulos das matérias analisadas que, ao longo dos seus diferentes anos, falaram sobre a maternidade. Das seis revistas, a palavra ‘instinto’ está presente em quatro delas. Em todas há a idéia do amor espontâneo pelos filhos, como se fosse uma determinação biológica amá-los. “Ser mãe, uma aprendizagem constante” (ALCURE, 1978, p. 29) inicia-se com

Até algum tempo atrás, a infalibilidade do instinto materno era dogma inquestionável. Hoje, a psicologia nos ensina que, mais do que instinto ou vocação, a maternidade é uma aprendizagem constante, um esforço consciente de amor, capaz de garantir à criança um clima de segurança e liberdade.

Ao longo da reportagem a autora aborda, ancorada nos conhecimentos de uma psicóloga como consultora, sobre a relação entre mãe e filho, os conflitos e o perfil dos tipos de mãe, aquelas consideradas boas ou más mães. Têm-se duas proposições: um, a mulher é feita para ser mãe (com uso de palavras como instinto, vocação etc) e mais ainda, é preciso ser uma boa mãe. Sobre a maternidade:

[...] Outras estão ainda tão preocupadas consigo próprias que relaxam o controle materno, alegando liberalidade. Mas o que querem mesmo é tempo e exclusividade para ocupar-se de si mesmas. Esse tipo de comportamento revela uma personalidade que ainda não atingiu uma fase adulta. Trata-se de criaturas mimadas ou que, pelo menos, têm uma enorme dependência. (ALCURE, 1978, p.31)

O ideal de maternidade é construído ao longo do texto, ao mesmo tempo em que há o sentimento de erro e até pecado àquelas que não se encaixam neste ideal de amar os filhos mais do que a própria vida. No último parágrafo “O maior bem que uma mãe pode fazer a seus filhos é transmitir-lhes a certeza do seu amor. E qualquer pecado merece ser perdoado” (ALCURE, 1978, p.31) traz justificativas de ordem religiosa, historicamente um campo de verdades inquestionáveis, para direcionar as mulheres sobre o amor materno. Sobre aquelas que ‘relaxam o controle materno’ ao se recusarem a sacrificar os seus desejos em prol do bem-estar dos filhos “será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência” (BADINTER, 1980, p. 14)

A matéria “Mulher: O imenso prazer de ser fêmea e mãe” (SONDERMANN, 1984, p. 20) produz uma discussão: em toda a amostra das revistas selecionadas, esta foi a única edição em que a maternidade tentou fazer uma dissociação entre o ser mulher e o ser mãe. No entanto, ainda há questões que tratam da valorização da maternidade como a certeza da mulher ter mais prazer pelo seu próprio corpo. “Para a mulher que curte o próprio corpo, a gravidez só aumenta seu prazer” (SONDERMANN, 1984, p. 22). Já na publicação “Mãe e bebê: pura paixão” (COELHO, 1998, p. 17):

Imposição social, percepção, vocação, alguns diriam ainda que puro instinto. O fato é que, em geral, desde cedo, numa espécie de ensaio, as meninas costumam imitar o papel exercido por suas mães. Estão se preparando para a possibilidade de viver a maternidade.

O papel desempenhado pela mãe e passado à filha é reforçado pelos estereótipos de gênero, pela divisão sexual do trabalho ao longo das gerações. A menina passa a infância imitando o papel exercido por suas mães para que sirva para a maternidade. Essa separação entre as ações de meninos e meninas desde a infância é algo muito claro. A educação das crianças é confiada às mulheres que, desde o desmame, conduz as meninas para tornarem-se “mulheres de verdade”, assim como a sociedade deseja, ao

passo que os meninos logo são impostos como sujeitos independentes. São ensinadas a elas as “virtudes femininas”, como cozinhar, cuidar da casa, vestir-se e se comportar. Assim, desde cedo, suas ações espontâneas são reprimidas. A boneca ganha a função de filho, é amado, cuidado e educado; a menina afirma sua autoridade diante do objeto assim como sua mãe faz com os filhos. Para Simone de Beauvoir (1967, p. 23-24) “a criança move-se no plano do jogo e do sonho: brinca de ser, de fazer; fazer e ser não se distinguem nitidamente quando se trata de realizações imaginárias”. Assim, as meninas não têm muita dificuldade nos anos iniciais; para elas, a mãe é a autoridade, o mundo é matriarca e imitá-las com suas bonecas reafirma o papel que devem assumir quando forem mais velhas. “Nisso tampouco existe algum instinto materno inato e misterioso” (BEAUVOIR, 1967, p. 24).

Assim, as meninas chegam adultas à adolescência, encaram o mundo com a seriedade e com as responsabilidades da vida adulta e, principalmente, da maternidade, cuidando das tarefas domésticas e dos irmãos mais novos. Precisam continuar assumindo a feminilidade, deixar de lado a despreocupação da infância. Crescem condenadas a uma vida sem escolhas das suas próprias ações, desejos e pensamentos. A sociedade reafirma todos os dias que mulheres amadurecem e criam responsabilidade mais cedo que os homens no sentido biológico e natural, quando na verdade são construções sociais impostas a elas de forma violenta e cruel. As meninas acabam se orgulhando dessa “autoridade”.

Quanto mais a criança cresce, mais o universo se amplia e mais a superioridade masculina se afirma. Muitas vezes, a identificação com a mãe não mais se apresenta como solução satisfatória; se a menina aceita, a princípio, sua vocação feminina, não o faz porque pretenda abdicar: é, ao contrário, para reinar; ela quer ser matrona porque a sociedade das matronas parece-lhe privilegiada. (BEAUVOIR, 1967, p. 28)

### **Considerações Finais**

Única no segmento durante décadas, a Pais & Filhos foi para muitas famílias um modelo de representação familiar a ser seguido. Da gravidez à adolescência dos filhos, passando pela forma de como agir em um casamento, o parto cesariana ou normal, a Revista sempre direcionou o seu material para as mulheres (mesmo sendo segmento família), reforçando através das suas páginas as desigualdades de gênero.

Durante o período analisado acreditava-se que o comportamento do “amor materno” seria inerente à mulher, fazendo parte da sua natureza e que a mulher sendo mãe possuía um lugar muito mais privilegiado dentro da sociedade, pois havia uma

valorização daquelas que abriam mão do seu amor próprio pelo amor de um novo ser, abdicando dos seus desejos, dos seus sonhos particulares. Um novo trabalho integral que a monopoliza (BADINTER, 1980).

É inegável que das décadas das revistas estudadas aos dias de hoje, poucas mudanças na estrutura do ideal construído pela imprensa brasileira aconteceram. A luta feminista tem conseguido, gradativamente, romper com as desigualdades entre homens e mulheres e avançar em um protagonismo para elas, seja escolhendo serem mães ou não. No entanto, ainda há muitas problemáticas a serem discutidas dentro do campo social e jornalístico. Faz-se necessário pensar uma nova forma de pautar assuntos relacionados às mulheres, legitimando as suas escolhas pessoais, erigindo instrumentos potencializadores para o rompimento das dominações, das coerções e das violências simbólicas (BOURDIEU, 1989). É importante que para além de uma mídia pensada para as mulheres, exista uma mídia produzida por elas: fazer com que tenham participação ativa na construção das suas próprias histórias. A partir do momento em que as instituições como o Estado, a Igreja, a família e a escola deixarem de reproduzir os discursos do patriarcado e redimensionarem suas reflexões para um campo mais amplo e plural, profundas transformações nas relações de gênero começarão a surgir.

Em algumas matérias o uso da palavra “instinto” é substituído, como em “*O ofício de ser mãe*” (NORÕES, 1977, p. 14), que se torna “ofício poético e romântico”. Para Badinter (1980, p. 13) seria mudar o vocabulário, mas continuar na ilusão, já que “continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte, e quase geral, que provavelmente deve alguma coisinha à natureza”.

Assim como o título do livro sugere, a autora acredita que o amor materno deve ser conquistado. No entanto, a crença socialmente construída ao longo da história da humanidade e, conseqüentemente, da imprensa no Brasil, de que este amor é biológico, instintivo às mulheres, tornando a maternidade sinônima de amor perfeito entre mãe e filho e completude da mulher.

Ao mesmo tempo em que a revista Pais & Filhos empenha-se em transmitir a maternidade e seus desafios, ela trata de gerar condições para a sociedade julgar a boa mãe como aquela que ama e desprezá-la aquela que não possui o mesmo sentimento, na mesma intensidade. “Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão” (BADINTER, 1980, p. 210). A religião, com o uso de citações como “qualquer pecado merece ser perdoado por amor” (ALCURE, 1978, p. 31) e “ela pode se sentir poderosa (está dando

vida a outra pessoa, como Deus)” (SODERMANN, 1984, p. 22) em vários momentos, ou patologia são as justificativas utilizadas para aquelas que não conseguem amá-los como é determinado pela sociedade: de forma completa e integral.

Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional (BADINTER, 1980, p. 365).

Portanto, esta discussão não se trata de permearmos a dicotomia entre acreditar ou não na maternidade, no amor das mães por seus filhos, mas compreendermos a abordagem construída pela Revista no imaginário social brasileiro, em que mulheres são supervalorizadas por serem as responsáveis pela criação dos filhos, ao mesmo tempo em que a revista contribui para a permanência delas longe da esfera pública.

O amor materno é, assim como qualquer sentimento, construído em maior ou menor intensidade. Visto como frágil ou em demasia, nada disso deve ser o motivo para conceituar o “ser mãe” Há variações entre os sentimentos e as ações maternas que dependem de fatores externos como a condição econômica, social, a história de vida de cada mulher e o modo pela qual ela deseja direcionar a sua vida, partindo de suas escolhas e não do determinismo natural das coisas. Assim como afirmou Simone de Beauvoir (1967, p. 9), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” ninguém nasce mãe: torna-se mãe.

## Referências

ALCURE, Lenira. A mãe só. **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 1, p. 24-30, set. 1978.

\_\_\_\_\_. Ser mãe, uma aprendizagem constante. **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 6, p. 28-31, fev. 1978.

ALVARENGA, Telma. Mãe perfeita- nada além de um mito. **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 11, p. 81-83, jul. 1987.

ALVES, Branca Moreira Alves; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

---

AYALES, Ivannia, “Genero en Desarrollo: de la vivencia a la reflexion”. In: AYALES, I. et al. **Genero, Comicacion y Desarrollo Sostenible: Aportes Conceptuales y metodologicos**. Coronado, Costa Rica: IICCA: ASDI, 1996, capítulo I.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. II. ed. 2. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BUENO, Lila May. **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 12, p. 83-86, ago. 1978.

COELHO, Andrea. Mãe e bebê – pura paixão. **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 4, p. 16-18, jan. 1998.

COUTINHO, Myrian. Você está preparada para ser mãe? **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 8, p. 42- 46, abr. 1990.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016

FALBO, Bia. Um pai que é mãe. **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 12, p. 28-32, ago. 1983.

FERNANDES, Simone. A deliciosa aventura de sair com o papai. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 10, p. 64-66, jun. 1982.

FERREIRA, Zilda. Homossexualismo- e o amor dos pais onde fica? **Pais & Filhos**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 4, p. 75-76, jan.1996.

NORÕES, Ciano. O ofício de ser mãe. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 9, n. 9, p.14- 18, maio. 1977.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SONDERMANN, Eliane. Mulher – o imenso prazer de ser fêmea e mãe. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 7, p. 20-22, mar. 1984.

VENTURA, Dalva. “Homem não chora”. Você ainda acredita nisso? **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 19, n. 12, p. 24-26, ago. 1987.

